

O acervo do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font na pesquisa acadêmica

Henrique Antônio Trizoto¹

Arquivar e arquivamento são muito mais do que classificar documentos, mas abrangem todas as fases, desde a coleta dos documentos, de sua gestão e utilização até disponibilização” (KETELAR, 2018, p. 196).

INTRODUÇÃO

O Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font localiza-se na cidade de Erechim/RS e no dia 18 de novembro completou 42 anos de fundação. Atualmente tem vínculo institucional com a Secretaria Municipal de Cultura e Esporte. Seu acervo é composto por documentos oriundos da prefeitura de Erechim (requerimentos, boletins informativos, censos demográficos, anuários estatísticos, atas, autos, carta precatória, recibos, ordem de pagamento, guia de aquisição de estampilhos de aposentadoria dos menores (1956-1957), nota de expediente, relatório tribunal de justiça, protocolo de audiência cíveis, audiências cíveis, ofícios expedidos, fonogramas, curadoria de acidentes de trabalho, ofícios expedidos, recibos, correspondências e cartas recebidas, documentos da Luce & Rosa).

Conta ainda com fundos mistos, construídos por meio das doações da comunidade, como fotos antigas da cidade, entrevistas com pioneiros e figuras públicas relevantes no período (professores, agrimensores, políticos, advogados, comerciantes). Acervo de periódicos que circularam na cidade (Diário de

¹ Doutorando em História – UPF. Bolsista PROSUC / CAPES II. Atualmente coordena o Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Notícias, Voz da Serra / Voz Regional / Voz / AVS, Diário da Manhã, Bom Dia, Boa Vista, Atmosfera, a Folha Regional, O Erechim).

Neste contexto, o AHMJMIF pode ser considerado um amplo espaço para pesquisas acadêmicas de caráter interdisciplinar. Além de assuntos relacionados à área da História, respeitando o devido rigor metodológico, o acervo pode contribuir para pesquisas referentes ao Patrimônio Histórico Material e Imaterial da cidade / região, patrimônio Arquitetônico, Serviço Social, e em todos os campos das licenciaturas principalmente.

Desta forma, cabe refletirmos sobre seu percurso constitutivo, considerando elementos realçados, relegados / negligenciados no seu acervo, para construirmos uma revisão teórica destes elementos e do espaço que ocupa, e, se contribuiu à consolidação da memória coletiva e por consequência de uma narrativa oficial. Partiremos dos elementos que são mais procurados para pesquisa, a saber, o acervo fotográfico, o acervo de jornais, os processos crimes, documentos sobre a colonização. Para facilitar a visualização do espaço e dos documentos, utilizaremos alguns registros fotográficos.

APONTAMENTOS TEÓRICOS

A primeira reflexão acerca da constituição de um Acervo, é compreender qual o espaço que ele ocupa. Sua materialidade perpassa pelo tipo de prédio que está alocado, se é próprio, alugado, histórico, adaptado ou construído para esse fim. Pois, partimos do pressuposto que nele, “diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pensamentos de duração mais longa são investigados” (KOSELLECK, 2014, p. 19).

Almeida (2021) aponta que os Arquivos são lugares vinculados ao passado, mas que possuem a prerrogativa de desnaturalizar o conceito de tempo, ao conservar as materialidades já consolidadas e possibilitar que possam ser reflexionados no presente, “mas almejam a perenidade, ou seja, pretérito, presente e futuro estão urdidos nos Arquivos, que acumulam camadas de tempo, como estratos de experiência, que coexistem em permanente ajustamento” (ALMEIDA, 2021, p.20). Nesta linha, Ahnein (2018, p.154) aponta que estes lugares são marcados “pela persistência de buscar traços pretéritos que, por meio da salvaguarda, se fazem presentes”.

Ketelaar (2018, p. 198), por sua vez afere que “os Arquivos não nos levam até ao passado: preservam o presente para o futuro, ao transmitirem testemunhos e experiências autênticas da atividade humana através dos tempos”. Derrida (1995, p.04 [tradução minha]) por sua vez, afirma que as questões ligadas aos arquivos são somente relacionadas ao passado, “não é a questão de um conceito que lida com o passado que já pode estar em à nossa disposição ou não, um conceito realizável de arquivo. Isso é uma questão do futuro, a questão do próprio futuro, a questão de uma resposta, de uma promessa e de uma responsabilidade para o amanhã”. Portanto, a teia de interpretações acerca da ideia de Arquivo ultrapassa os nexos encontrados no Dicionário Houaiss (2004), que o define como “conjunto de documentos manuscritos, gráficos, fotográficos produzidos, recebidos e acumulados por uma entidade pública ou privada, inicialmente como instrumentos de trabalho e posteriormente conservados como prova ou evidência do passado [...]”. A segunda definição contida neste dicionário o trata como um “um conjunto de documentos de uma instituição ou de uma pessoa”, ou um “móvel que facilita a guarda sistemática de documentos”, ou ainda “lugar onde se guarda qualquer coisa”.

Ou seja, apresenta diversas dimensões, caracterizando-o desde o conjunto de documentos organizados e sistematizados por uma entidade pública ou privada ou como um móvel que acondiciona materiais. A compreensão destas dimensões vai além da terminologia que lhe é aplicada.

A segunda reflexão é sobre a compreensão de como ocorre a consolidação da memória e por consequência de uma narrativa oficial. Para Koselleck (2006), este processo se materializa por meio dos vestígios que concretizam as memórias do passado no presente. Almeida (2021, p. 21), corrobora, ao afirmar que “a memória é sempre do presente, pois o pretérito depositado não é algo vindo de um tempo que se findou, mas sim é um passado que invade o presente”. Na mesma linha, pode ser compreendido como “[...] o contato possível com o passado, mas está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, [...] provém do passado, mas não está mais no passado quando é interrogada” (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

A compreensão da memória como um fator preponderante para a construção das narrativas e que o processo é traumático, corrobora com a hipótese de Sarlo (2007, p. 09), de que “o passado é sempre conflituoso. A ele

se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória”. Neste sentido temos “inúmeros dispositivos diferentes usados no processo de transformar memórias individuais em lembranças coletivas” (KETELAAR, 2019, p. 245), como os acervos dos Arquivos Históricos, Museus, Bibliotecas e centros de memória. Eles contribuem para a “construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais” (BARROS, 2009, p. 41).

Halbwachs (2013, p.31) complementa a ideia de Ketelaar (2019) ao afirmar que um grupo de pessoas tem a capacidade de “descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso”. Todavia, uma lembrança de um acontecimento ocorrido não se consolida apenas por meio da junção / reconstrução de seus fragmentos, ela precisa dos “dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo” (HALBWACHS, 2013, p. 39). A memória coletiva atua acentuando “as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva de um grupo” (POLLAK, 1989, p. 3).

Ainda para Pollak (1989), essa busca por salvaguardar acontecimentos e interpretações do passado se integram a propostas de fortalecer os “sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc” (p.10). Portanto, estas referências ao passado, servem “para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 10).

Candau (2012) aponta que contribuem para o fortalecimento destes processos de consolidações de identidades e memórias, pois “[...] as representações temporais com ajuda de categorias arbitrárias, tais como o século ou o milênio, tendem a ativar os processos memoriais e identitários, sobretudo

quando se aproxima o fim de um período ou se abre um novo” (CANDAU, 2012, p. 91). Estas delimitações arbitrárias oferecem aos grupos a oportunidade de “fazer balanços, projetos e vislumbrar novos horizontes, momento para se recapitular o passado para melhor afrontar um futuro que se apresenta sempre como incerto e, portanto, temido (CANDAU, 2012, p. 91).

Padrós (2001) por sua vez coteja a ideia de que a “experiência compartilhada da memória”, consolida sua natureza social. “Mesmo quando envolvem experiências pessoais, as lembranças resultam da interação com outras pessoas (seja na forma de objetos, palavras etc.)” (p. 80). Ela se consolida como um “um fator fundamental de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos como desempenha, também, uma função importantíssima, tanto na preservação da experiência histórica acumulada, de valores e de tradições, como, em muitas situações, pretende ser a depositária da própria história” (PADRÓS, 2001, p. 80).

Em suma, “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30). Todavia, para Jovchelovitch (2000, p. 70) “o simples fato de lembrarmos o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens que tínhamos então e as imagens que temos agora, e propõe à experiência das comunidades humanas e dos sujeitos sociais, a dimensão do tempo e da história”.

Esta inflexão atinge o âmago do ofício do historiador². Todavia, é fundamental que tenhamos no horizonte “[...] é inegável que, representando interesses de certos setores ou da comunidade como um todo, a memória, transformada em senso comum, é uma referência de coesão identitária e faz parte da cultura política de uma determinada sociedade (PADRÓS, 2001, p. 80). Portanto, “o historiador é levado a explicitar de onde ele fala, a tornar mais transparente seu ofício, suas ferramentas, seu andaime, ou todas as mediações que lhe permitem a construção de sua trama. O desvio historiográfico é, nessas condições, indispensável” (DOSSE, 2012, p. 24).

² Para Duby (1989) o historiador interpreta vestígios para responder perguntas sobre nossa sociedade numa etapa anterior a sua duração.

Jovchelovitch (2000, p. 70) traz para a reflexão a concepção que “recordar é um processo construído pela matéria que está à disposição agora, no estoque de representações que circulam e povoam a vida atual de uma comunidade”. Assim, assevera que “por mais clara que uma memória do passado possa ser, nunca pode ser exatamente a mesma imagem que realmente experimentamos na, digamos, infância, porque não somos os mesmos, porque mudamos, e nossas ideias, valores e as avaliações da realidade mudaram” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 70).

Portanto, memórias individuais e coletivas são construções realizadas a partir das “interdependências que emprestam sentido às relações sociais configuram as formas reguladas de compromisso e partilha de horizontes sociais em conflito” (LOHN, 2019, p.22). As subjetividades³ e os interesses de determinado grupo que controla a narrativa oficial, acabam “intermediando a produção e recepção dos códigos e práticas políticas por conta das experiências em diversos âmbitos de sociabilidades e de associações constituídas, afirmando o pessoal como fenômeno político enquanto construtor de expectativas sociais” (LOHN, 2019, p.22).

O que nos leva ao terceiro ponto de reflexão, que perpassa pela compreensão do nosso lócus dentro da História do tempo presente, sob a perspectiva de que ela “tem permitido precisamente o estabelecimento de um novo olhar sobre objetos que habitualmente têm sido beneficiados por um tratamento historiográfico econômico, político ou demográfico” (BARROS, 2011, p. 60). Ricoeur (2007, p. 456) por sua vez a trata como “aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”.

Delgado e Ferreira (2014, p. 7) aferem que ela tem “mobilizado segmento expressivo da comunidade de historiadores no plano nacional e internacional”. Nesta esteira, ela se insere em um movimento que constrói uma

³ Mezan (2002) aponta que as subjetividades podem ser entendidas como experiências de si (o indivíduo é afetado por algo) ou como fruto da combinação de diversas determinações do meio em que estamos inseridos, que “engendram uma modalidade específica de organização subjetiva”. A partir dos eixos singular, universal e particular. A trata ainda, como estrutura e como experiência de si, “depende sobremaneira do lugar social que ocupa o indivíduo, se está ao lado dos que produzem a mais valia ou dos que fazem apropriação dela.”

renovação historiográfica e carrega em seu bojo, a “revitalização da história política, ampliação do uso de fontes, valorização da interdisciplinaridade, maior diálogo com as ciências sociais, recusa de explicações deterministas e totalizantes, valorização de atores individuais e coletivos, relação dialética entre história e memória” (DELGADO; FERREIRA, 2014, p.07).

Ou seja, “sua expansão, por conseguinte, vai muito além dos objetos e processos habitualmente tidos por culturais” (BARROS, 2011, p. 60), ela oferece ao campo historiográfico a possibilidade de construção de “novas conexões com outras modalidades historiográficas e campos de saber, ao mesmo tempo em que tem proporcionado aos historiadores um rico espaço para a formulação conceitual” (BARROS, 2011, p. 60).

Neste sentido os Arquivos reforçam sua significação, pois ao ser entendido como o espaço interativo entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, ele “possibilita o progresso e a humanização destas teorias e, ao mesmo tempo, o cultivo do pensar crítico e criativo do pesquisador. Servindo-se, assim, do arquivo, o pesquisador constrói a sua própria produção, para responder ao desafio da socialização do conhecimento” (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 58).

Hartog (2011) por sua vez acrescenta que os arquivos ao serem compreendidos como “memória da nação”, e balizados pelo pressuposto de que “o dever de memória e a exigência (democrática) de transparência implicam que eles estejam em condições de ser facilmente pesquisados e não apenas por investigadores licenciados” (HARTOG, 2011, p. 234). Para o autor, a importância dos arquivos se dá pelo fato, dele ser uma testemunha, uma prova; fala-se de sigilo, de dissimulação e de confissão” (HARTOG, 2011, p. 234).

Por fim, devemos compreender os Arquivos como lugares de memória. De acordo com Nora (1993, p.13), eles “nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. portanto, “se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória” (NORA, 1993, p. 13).

Britto; Makarzel; Corradi (2017, p. 167) recuperam a definição de Padrós (2001) da memória como construção social ao afirmarem que “o

Arquivo edificado como lugar de memória, como produto dessa demanda, demonstra que ele, assim como qualquer variável a ser estudada, é resultado contextual do seu tempo, ou seja, é um fenômeno estruturado socialmente.

Cabe ainda ressaltar que os Arquivos se diferem dos demais lugares de memória devido a constituição das documentações que compõe o seu acervo, ao passo que, “diferentemente de outras tipificações patrimoniais, os documentos arquivísticos são bens de uso executivo, fiscal e jurídico criados primordialmente para atestar ações e decisões cotidianas (COUGO JR, 2020, p.21). Neste sentido, deparamo-nos com a complexidade por exemplo de se transformar estes bens em patrimônio cultural, “uma vez que o movimento prescinde não apenas da atribuição de valores, mas também da compreensão sobre a redução ou extinção dos fatores primários motivadores da produção documental” (COUGO JR, 2020, p.21).

Mesmo eles sendo concebidos como “templos modernos –templos de memória. Como instituições, tanto como coleções, os Arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas” (COOK, 1998, p. 148). Em que se pese que, “igualmente, as que são rejeitadas, por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos de memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e nossa consciência social” (COOK, 1998, p. 148).

É a partir deste cenário passaremos a analisar de que forma o acervo do AHMJMIF pode ser dotado de sentidos por meio da realização de pesquisas acadêmicas.

ACERVO FOTOGRÁFICO

O primeiro elemento a ser analisado é o acervo fotográfico do AHMJMIF que atualmente conta com cerca de sete mil fotos digitalizadas, separadas por pastas:

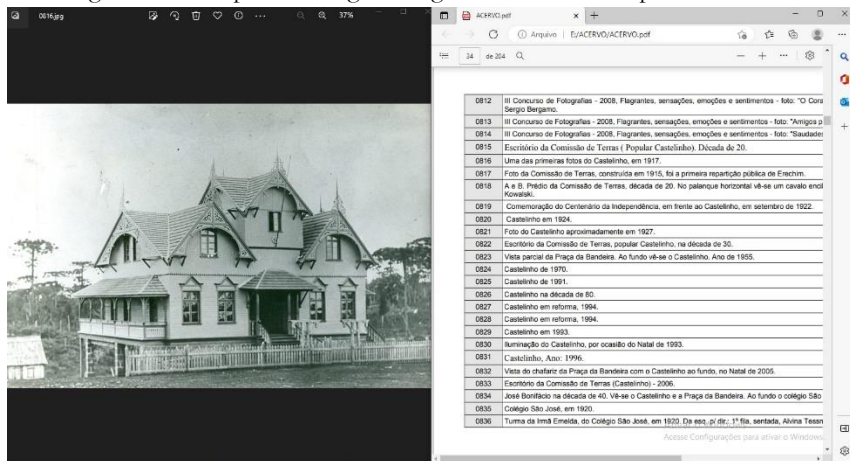
Figura 12 Acondicionamento das fotografias



Fonte: Acervo pessoal do autor

Estas fotografias, além de sua versão física, como vemos na figura acima, encontram-se também em versão digital (conforme figura a seguir), para facilitar o acesso e a difusão, tendo em vista, que depois da Pandemia de Covid-19, uma parcela significativa de pesquisadores tem procurado este acervo por meio de contato através das redes sociais, principalmente pelo Facebook.

Figura 13 Exemplo de fotografia digitalizada e o índice para consulta



Fonte: Acervo pessoal do autor

As fotografias do acervo são divididas em categorias e subcategorias, as grandes áreas como Arquitetura é dividida em Casas Antigas de Alvenaria, Casas Antigas de Madeira, Prédio da Comissão de Terras (Castelinho) e Prédios modernos. Já a parte da colonização é dividida por etnias (italianos, judeus, poloneses, lituanos, alemães, franceses, negros e assim por diante), pioneiros homenageados e ferrovia. A economia é dividida pelos ciclos econômicos (extrativismo, agricultura e industrialização). O desenvolvimento urbano é dividido em vistas parciais separadas por décadas. E, como último exemplo, a vida social é dividida em eventos (festas, feiras e shows), esportes (futebol e corridas de carro).

É interessante salientar que trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses são ilustradas com imagens disponíveis no acervo do AHMJMIF. Na área de História, fotos da Igreja Matriz São José, Vistas parciais, fotos do Castelinho, do Desenho da cidade e fotos de famílias de imigrantes são as mais solicitadas. Na área da Arquitetura, os prédios, as casas, e as vistas parciais que contém as construções em Art Déco e Art Nouveau são as mais procuradas.

O acesso do acervo físico, quando os pesquisadores vão até o AHMJMIF, ocorre por meio da solicitação do assunto, conforme vemos a seguir:

Figura 14 Utilização do Acervo Fotográfico



Fonte: <https://www.apers.rs.gov.br/arquivo-historico-municipal-juarez-miguel-illa-font>⁴

Para fins teóricos e metodológicos, a utilização de fotografias precisa levar em consideração que “[...] uma imagem nunca é autônoma, pois seu significado está ao menos em parte relacionado com o conjunto no qual ela se encontra inserida, isto é, com sua localização física e com a utilização social que recebe”, (FRANCO JR. 1996, p. 202). Isso porque, apenas em conexão com outras, cumprindo seu papel de instituidoras de discursos, de sistemas semiológicos, é que as imagens – exteriorizadas sob forma verbal, plástica ou sonora – ganham sentido e, conscientemente ou não, expressam determinadas cosmovisões” (FRANCO JR. 1996, p. 202).

⁴ As fotos com esta legenda foram fornecidas pelo autor para divulgação institucional no projeto “Caminhos dos Arquivos: nossas Histórias, nossas lembranças do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Burke (2004) aponta que ao nos colocarmos frente a frente com uma imagem, ela nos colocaria frente a história. Elas podem ser utilizadas em períodos distintos, mas ainda concebidas como “objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou de oferecer prazer, permite lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite etc” (BURKE, 2004, p. 17). Para o autor, “embora textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais na vida religiosa e política de culturas passadas” (BURKE, 2004, p. 17).

Essus (1994, p.04), por sua vez aponta que “a fotografia é interpretada como fruto do trabalho humano de produção sónica, pautado sobre códigos convencionalizados socialmente; como uma mensagem segmentada em plano da forma da expressão e da forma do conteúdo, cujas unidades constituintes são culturais”. Refletindo, portanto, “funções sónicas diferenciadas de acordo, tanto como o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da mensagem” (ESSUS, 1994, p. 04). O olhar do pesquisador é responsável por determinar quais pontos serão ressaltados e por consequência, quais serão silenciados, assim, é “[...] a multiplicidade de complicitades que faz o olhar único ser compartilhado como olhares simultâneos e próximos necessários à prática de uma sociabilidade. Revela, enfim, a sensibilidade do olhar que captura recortes e ângulos da multifacetada face do cotidiano fazer dos homens”. (KOURY, 1999, p. 64).

Portanto, o acervo fotográfico é uma ferramenta interessante tanto como objeto de pesquisa quanto fonte complementar para pesquisas em andamento. O fato de o acervo estar também disponível no formato digital facilita o acesso e a sua utilização.

ACERVO DE JORNAIS

O segundo elemento do acervo a ser analisado é o acervo de jornais do AHMJMF, que é composto pelo Diário de Notícias (1925-1965), Voz da Serra / Voz Regional / Voz / AVS, (1944, 1945, 1951, 1955 – 2015; 2019 – aos dias atuais), Diário da Manhã (1986-2016), Bom Dia (2005 – aos dias atuais), Boa Vista (2002 - 2016) Atmosfera (2016- 2017), a Folha Regional (Getúlio Vargas, (1999 a 2022), O Erechim (1922), que fica acondicionado em sala própria, conforme figura a seguir:

Figura 15 Sala de acondicionamento do acervo de jornais



Fonte: Acervo pessoal do autor

Com relação ao acesso, ele pode ocorrer de duas formas, a primeira, representada na figura 5 é a consulta na própria sala de jornais:

Figura 16 Acesso ao acervo de jornais na sala do próprio acervo



Fonte: <https://www.apers.rs.gov.br/arquivo-historico-municipal-juarez-miguel-illa-font>

E, a segunda, ocorre na sala principal do AHMJMIF que possui mesas de pesquisa individual e mesas maiores para pesquisas em duplas:

Figura 17 Pesquisa na sala principal



Fonte: <https://www.apers.rs.gov.br/arquivo-historico-municipal-juarez-miguel-illa-font>

Todos os pesquisadores recebem luvas para manusear os jornais e, nos volumes com o tamanho Standart, eles são orientados a usarem régua para evitar possíveis rasgos nas folhas. As matérias escolhidas podem ser fotografadas, não é permitido que os volumes saiam do AHMJMIF, nem sejam reprografados em máquinas pequenas, que podem quebrar a lombada das encadernações.

Os historiadores brasileiros até a metade do século XX adotavam “duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade” (CAPELATO, 1988, p.21). Todavia, de acordo com Calonga (2012, p. 86) os historiadores têm reconhecido na imprensa escrita “novas possibilidades de análises e ressignificações do passado. Contudo, a inserção dos impressos na produção historiográfica brasileira, especialmente o uso de jornais, revistas, folhetins e edições ilustradas, ainda é recente se comparado a Europa e Estados Unidos”

Luca (2006, p.130), aponta que “os exemplos poderiam ser multiplicados, mas importa destacar que (...) a importância da palavra impressa nos periódicos está plenamente assente. O seu uso generalizou-se a ponto de se tornar um dos traços distintos da produção acadêmica brasileira a partir de 1985”. Na mesma linha, Calonga (2012, p. 86) reforça que nos últimos anos os trabalhos que utilizam os jornais e as revistas “como fonte para o conhecimento da história do Brasil se consolidaram. Identificam-se, a partir daí, relativo aumento na utilização dos periódicos como documento e objeto de pesquisas, incluindo-se dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações de artigos e/ou livros”.

Sosa (2007) existe uma inflexão que diferencia os jornais das demais fontes de pesquisa, e ela se situa “em dois tempos: um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico (SOSA, 2007, p. 11). Cabe ao pesquisador, portanto reconhecer o que se encontra no entorno da imprensa, “já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico” (SOSA, 2007, p. 12).

Ao longo da última década inúmeros trabalhos utilizaram do acervo de jornais do AHMJMIF, com diversas temáticas como a revolução cubana, a demolição da igreja Matriz São José, como as mulheres eram retratadas no jornal, trajetória e atuação de políticos, movimentos sociais, praças, monumentos, futebol, Pracinhas / FEB, medicina em Erechim, figuras públicas, música, religiosidades, gauchismo e ditadura militar.

A utilização dos jornais enquanto fonte de pesquisa, quando observado o rigor metodológico é uma fonte capaz de suprir uma parcela significativa das lacunas da história local, bem como compreender os processos constitutivos desta sociedade e de que forma as narrativas oficiais eram afiançadas e as demais eram silenciadas.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS

O acervo do AHMJMIF é composto por documentos oriundos da prefeitura de Erechim (requerimentos, boletins informativos, censos demográficos, anuários estatísticos, atas, autos, carta precatória, recibos, ordem de pagamento, guia de aquisição de estampilhos de aposentadoria dos menores (1956-1957), nota de expediente, relatório tribunal de justiça, protocolo de

audiência cíveis, audiências cíveis, ofícios expedidos, fonogramas, curadoria de acidentes de trabalho, ofícios expedidos, recibos, correspondências e cartas recebidas, documentos da Luce & Rosa), cerca de 5432 processos crimes da Comarca de Erechim (1912, 1020 a 1969). Conta ainda com fundos mistos, construídos por meio das doações da comunidade, como fotos antigas da cidade, entrevistas com pioneiros e figuras públicas relevantes no período (professores, agrimensores, políticos, advogados, comerciantes). A baixo vemos de que forma estes documentos são acondicionados na sala do Acervo Permanente:

Figura 18 Sala do Acervo Permanente



Fonte: <https://www.apers.rs.gov.br/arquivo-historico-municipal-juarez-miguel-illa-font>

De acordo com Le Goff (1996, p.548), é preciso compreender que inicialmente o documento pode ser considerado inócuo, e é fruto “de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produzem, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulada, ainda que pelo silêncio”.

A sua constituição e o seu percurso, nas palavras do mesmo autor “é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a

etimologia) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente” (LE GOFF,1996, p. 548). Ele pode ser considerado um monumento. Que é resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprio” (LE GOFF,1996, p. 548).

Portanto, ele não é simplesmente algo que fica acondicionado em uma caixa de papelão ou poli ondas, ele é dotado de significados, representações, sentidos e subjetividades, são “investidas pelas significações que lhe atribuem, por vezes na longa duração, seus diferentes públicos” (CHARTIER, 2002, p. 259).

Camargo (2009, p. 28), afirma que “os documentos de arquivo não diferem de outros documentos pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis”. Eles de diferem devido a caracterização da “função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado)” (CAMARGO, 2009, p. 28). Na prática, servem “também de prova instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir (CAMARGO, 2009, p. 28).

Cabe aqui trazer o asserto que os consideram “fontes de informações indispensáveis a ser interpretadas, analisadas e cotejadas. Eles são obras humanas que registram, de modo fragmentado, informações ricas e complexas sobre relações coletivas” (BARROS, AMÉLIA, 2009, p.60). Cabe ao historiador / pesquisador interpretar o percurso dele como representação de concepções de mundo que auferem sentido aos modos de vida, para perscrutar “possibilidades construtivas específicas de contextos e de épocas, sendo estudados tanto na sua dimensão material como na sua dimensão abstrata e simbólica, que tornam efervescente a produção do conhecimento na sociedade da informação” (BARROS, AMÉLIA, 2009, p.60).

Os documentos mais acessados para pesquisa acadêmica são os processos crimes, as correspondências oficiais, os requerimentos, mapas e plantas da colonização. Com relação ao manuseio, eles respeitam os mesmos procedimentos do acervo de jornais. De acordo com Cox(2017, p. , “quando se observa um documento, ao menos do gênero textual, depara -se com a linguagem. O documento de qualquer tipo (carta, memorando ou recibo) é

recoberto de símbolos que representam palavras e números. Ele é feito para ser recebido, lido, entendido”.

Figura 19 Acesso aos documentos



Fonte: <https://www.apers.rs.gov.br/arquivo-historico-municipal-juarez-miguel-illa-font>

Nedel (2013, p. 151), aponta que “o despertar do interesse de pesquisa sobre arquivos pessoais no Brasil teve a história política contemporânea como principal fonte de inspiração”, devido ao tensionamento da conjuntura do período (década de 1970), e a consolidação “da preservação da memória documental do país, realizaram os primeiros congressos brasileiros de arquivologia e criaram os primeiros centros de documentação ligados à pesquisa no país” (NEDEL, 2013, p. 151).

Todavia no AHMJMIF, que conta com arquivos pessoais⁵ da família Castro, de Edmundo Gardolinski, Otto Eduardo Müller, estes documentos têm uma procura reduzida. Talvez pela não compreensão de que uma “coleção pessoal pode parecer exótica/ frívola, mas sempre revela algum sentido interno mais profundo que se dá à razão de estarmos vivos” (COX, 2017, p. 27). Ou

⁵ “ainda que produzido individualmente, o arquivo pessoal é uma representação e está repleto do pensamento social que envolve o sujeito” (CUNHA, 2018, p. 67).

ainda da concepção de que “nossos arquivos pessoais são também lembretes de como vivemos nesse mundo e somos afetados por inúmeras forças e instituições que regem nossas atividades” (COX, 2017, p. 230)

A pesquisa em documentos possibilita a construção de análise de determinado assunto ou comportamento de uma sociedade por meio da análise de fontes primárias. O olhar do pesquisador sobre ele é dotado de seus processos subjetivos de constituição, de maneira que um mesmo documento pode ser interpretado de infindáveis formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscamos refletir sobre o percurso constitutivo do Acervo do AHMJMIF, considerando elementos realçados, relegados / negligenciados para construir uma revisão teórica destes elementos e do espaço que ocupa, e, se contribuiu à consolidação da memória coletiva e por consequência de uma narrativa oficial.

Para dar conta da proposta desenvolvemos três reflexões, a primeira acerca da constituição do espaço e qual espaço ele ocupa. diversas dimensões, caracterizando-o desde o conjunto de documentos organizados e sistematizados por uma entidade pública ou privada ou como um móvel que acondiciona materiais. A compreensão destas dimensões vai além da terminologia que lhe é aplicada. A segunda, é sobre a compreensão de como ocorre a consolidação da memória e por consequência de uma narrativa oficial, perpassando pelos sentidos que estas relações sociais criam. E a terceira, pela compreensão do nosso lócus dentro da História do tempo presente, sob a perspectiva de que ela traz novos autores sociais e os documentos passam a ser melhor explorados enquanto fontes de pesquisa.

Analizando os elementos que são mais procurados para pesquisa: o acervo fotográfico, o acervo de jornais, os processos crimes, documentos sobre a colonização, de maneira que o AHMJMIF pode ser considerado um amplo espaço para pesquisas acadêmicas de caráter interdisciplinar. Além de assuntos relacionados à área da História, respeitando o devido rigor metodológico, o acervo pode contribuir para pesquisas referentes ao Patrimônio Histórico Material e Imaterial da cidade / região, patrimônio Arquitetônico, Serviço Social, e em todos os campos das licenciaturas principalmente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Percursos de um Arq-Vivo*: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação. 2021.
- ANHEIM, Etienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricoeur. In: NEDEL, Letícia e HEYMANN, Luciana (Orgs.). *Pensar os Arquivos*: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 121-154, 2018.
- BARROS Dirlene Santos; AMÉLIA Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. *TransInformação*, Campinas, 21(1): p. 55-61, jan./abr., 2009.
- BARROS, José D.'Assunção. A Nova História Cultural—considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011.
- BARROS, José D.'Assunção. História e memória—uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.
- BRITTO, A. C. L., MOKARZEL, M. de O., & CORRADI, A. O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. *Ágora: Arquivologia Em Debate*, 27(54), 158–182. 2017. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/640>>, acesso em 28, nov. 2022.
- BURKE, P. *Testemunha Ocular*: história e imagem. Bauru: SP/EDUSC, 2004.
- CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: Objeto ou fonte da história. *Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS*, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009.

Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em: 27, nov. 2022.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre, RS: Ed.Universidade/UFRGS, 2002.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. *A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil*. Orientadora: Renata Ovenhausen Albernaz. Coorientador: Ramón Albech i Fugueras. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

COX, Richard. Arquivos Pessoais: um novo campo profissional – leituras, reflexões e reconsiderações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Entre Netuno e Clío: primeiras aproximações às cartas do Almirante Henrique Boiteux (Santa Catarina/Século XX). *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, v. 3, n. 9, p. 900-911, set./dez. 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014. p. 7-12

DERRIDA, Jaques. *Archive Fever: A Freudian impression*. The University of Chicago Press: Chicago, 1995.

DOSSE, F. História do Tempo Presente e Historiografia. In: LAPUENTE, R. S.; GANSTER, R.; ORBEN, T. A. (Orgs.). *Diálogos do tempo presente: historiografia e história*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

ESSUS, A. M. M. de S. A. Através da Imagem I: Possibilidades teórico-metodológicas para o uso da fotografia como recurso midiático, uma experiência acadêmica. In: *LABHOI, Primeiros Escritos*, nº 1, julho-agosto de 1994.

FRANCO JR., Hilário. *O fogo de Prometeu e o escudo de Persen*: reflexões sobre mentalidade e o imaginário. Signum 5, 2003

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARTOG, F. *Evidência da história*: o que os historiadores veem. SP: Autêntica, 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e espaço público*: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil [Social representations and public life: the symbolic construction of public spaces in Brazil]. Vozes, 2000.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Leticia (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

KOURY, M.G. P. Imagem e narrativa ou, existe um discurso da imagem? *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, UFRGS, IFCH, PPGAS. Ano 5, n.12, p. 59-68, dez.1999.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Reflexões sobre a história do Tempo Presente*: uma história do vivido. Editora da UFRR Diretor da EDUFRR, 2019.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MEZAN, Renato. *Subjetividades contemporâneas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 1993.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. *Letras*, n. 22, p. 79-95, 2001.

POLLAK, Michael. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 3-15.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? *Educar em revista*, p. 13-27, 2001.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOSA, Derocina Alves Campos. *A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.